

# O Golpe Civil-Militar e o Regime Militar (1964-1968), por meio da ótica do *Jornal do Brasil*

D. C. Guarnieri<sup>1</sup>

<sup>1</sup>*Departamento de História/ Centro de Letras e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Londrina, Londrina-Paraná, Brasil.*

*dayaneguarnie@hotmail.com*

*(Recebido em 24 de agosto de 2014; aceito em 22 de novembro de 2014)*

---

A pesquisa vigente pretende analisar os editoriais produzidos pelo *Jornal do Brasil*, representante da grande imprensa, durante o golpe civil-militar até 1968, com o objetivo de compreender as justificativas em torno do golpe civil-militar e do governo militar diante das mudanças que ocorrem no discurso desse periódico diante do início da institucionalização do regime militar no Brasil. Ao considerar que o *Jornal do Brasil* defendeu a intervenção no governo constitucional de Goulart conjectura-se que ele continua a apoiar o governo militar. O periódico destaca que a democracia deveria ser preservada, por meio das instituições democráticas e da legalidade junto com a permanência do regime militar.

**Palavras-chave:** *Jornal do Brasil*, golpe civil-militar, governo militar.

**The Civil-Military Coup and the Military Regime (1964-1968), through the perspective of periodical *Jornal do Brasil*.**

The research intends to analyze the editorials published by “*Jornal do Brasil*” the representative of the great press during the military civil coup until 1968 with the objective to understand the justification involving the military civil coup and the military government front of changes that occurred in the speech of this newspaper into the everyday politics. As “*Jornal do Brasil*” defended the intervention into Goulart’s constitutional government, like the most of the press, it’s conjectured that it has continued supporting the military government. This newspaper intended to preserve the democratic appearance through democracy institutions and the legality in association with the military regime.

**Keywords:** “*Jornal do Brasil*”; military civil coup; military government.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa propõe o objetivo de compreender as articulações das justificativas que tentaram legitimar o golpe civil-militar a partir de março de 1964 e em seguida o governo militar até 1968. Essa compreensão será analisada sob a perspectiva do periódico denominado *Jornal do Brasil*, um periódico representativo da grande imprensa, do liberalismo, do anticomunismo e do udenismo. O estudo se justifica na obtenção do conhecimento de um período da história que apresenta uma contradição entre o discurso de um regime militar que propala suas "intenções democráticas" e se aprofunda progressivamente para a arbitrariedade. O problema que se apresenta é até quando e como o *Jornal do Brasil* sustentará o discurso de defesa ao governo militar em seus editoriais. Ao focar na concepção editorial do *Jornal do Brasil*, sabe-se que embora ele fosse considerado no momento delimitado o periódico mais importante do Rio de Janeiro, também havia outros grandes veículos de comunicação extremamente atuantes no eixo RJ-SP.

Sabe-se que os principais periódicos do país em meados da década de 1960 eram em São Paulo: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e no Rio de Janeiro: o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, a *Última Hora* e o *Correio da Manhã*. Todos esses periódicos, dentre outros, com exceção do *UH*, participaram da campanha de desestabilização contra o presidente João Goulart e continuaram a apoiar o início do governo militar. O primeiro a se rebelar contra o governo militar foi o *Correio da Manhã*, que em 31 de março e em primeiro de abril de 1964 publicou os famosos editoriais *Basta* e *Fora* contra o governo de Goulart, mas ainda em abril de 1964

escreve as primeiras denúncias sobre as torturas do governo. Abreu<sup>1</sup> destaca que em 1961 diante da crise causada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, a maioria dos periódicos como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, a *Última Hora*, *A Noite*, o *Correio Brasiliense* e o *Zero Hora* foram à favor do posse do vice-presidente João Goulart. Mas também havia periódicos que se opuseram à Goulart como *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A partir do conteúdo dos editoriais do *JB*<sup>2</sup> juntamente com o respaldo da literatura sobre a imprensa representada por autoras como Cruz & Cunha<sup>3</sup>, Abreu<sup>4</sup>, Barbosa<sup>5</sup> e Goulart<sup>6</sup> o estudo pretende analisar quais as intencionalidades que os textos transmitem. A compreensão prévia ocorreu por meio da leitura diária dos editoriais que abordavam os principais temas da política nacional relacionados ao governo federal e a natureza do novo regime instalado em 1964. Assim, por meio do cotidiano descrito pelo *Jornal do Brasil* realizou-se a seleção dos editoriais priorizando os textos que constituem a trajetória e articulação dos argumentos que visam justificar a deflagração do golpe civil-militar e a continuidade do governo militar. Neste momento, a pesquisa reflete sobre a possibilidade de ocorrer a continuidade ou ruptura desse posicionamento que se estabelece durante o ano de 1964.

A metodologia percorre a análise dos contextos-chave a partir da articulação editorial do *JB* diante de eventos como: o golpe civil militar e a prorrogação de Castelo Branco em (1964), as eleições estaduais em (1965), o Ato Institucional nº 2<sup>7</sup> em (1965-1966) e o processo da Constituição de 1967 entre (1966-1968). Posteriormente, a pesquisa segue por meio dos conceitos-chave como o de ilegalidade, legalidade, excepcionalidade, normalidade, ilegitimidade, legitimidade, inconstitucionalidade, constitucionalidade democracia e "Revolução". O procedimento prossegue ao analisar os significados das definições momentâneas das palavras-chaves em contextos-chave.

Depois da transcrição do conteúdo retirado do *JB* e da separação pelos temas elencados selecionaram-se os aspectos principais dos textos com as características mais frequentes e dominantes, dessa forma, surgem as principais abordagens (a legalidade, as intenções democráticas, o reformismo e o seu caráter de "Revolução") que servem inicialmente como elementos discursivos para defender o regime. Posteriormente, esses mesmo elementos serem resignificados pelo periódico como promessas esquecidas que serão cobranças com a intenção de interferir na agenda política do governo militar. Assim a partir desses argumentos buscou-se construir a escrita, problematizando as contradições do próprio discurso do *JB* e sua articulação com as atitudes do governo militar que foram abordadas tanto pela ótica do *JB* quanto de autores como Fico<sup>8</sup>, Chirio<sup>9</sup>, Gaspari<sup>10</sup>, D'arújo<sup>11</sup> e Martins Filho<sup>12</sup>.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 indica a quantidade de editoriais transcritos por ano. A partir dessa coleta ocorre a releitura que propicia a divisão dos temas que foram abordados na pesquisa:

*Tabela 1: Os Editoriais de JB 1964-1968*

Anos	Quantidade de editoriais
1964	150
1965	164
1966	132
1967	73
1968	106
<b>TOTAL</b>	<b>625</b>

*Fonte:* Tabela formulada por Guarnieri, DC a partir da contagem de editoriais para a pesquisa vigente.

A partir da análise dos editoriais foram selecionados do *JB* se configurou a Tabela 2 em os textos foram separados por temas que se originaram a partir de objetivos escolhidos antes da

transcrição (“Revolução” e legalidade) e por temas que se fixaram no decorrer da análise (Reformas, Imprensa e Outros). Ambos os grupos foram unidos e formaram a Tabela 2, que visa elucidar a frequência temática:

Tabela 2: Quantidade de editoriais analisados por temas entre 1964 -1968

Ano	Revolução	Reformas	Legalidades	Imprensa	Outros
1964	56	44	32	07	36
1965	38	23	46	07	60
1966	14	06	78	11	39
1967	14	06	29	17	34
1968	20	06	23	16	54

Fonte: Tabela formulada por Guarnieri, DC a partir da divisão dos editoriais utilizados para a pesquisa vigente.

A partir da transcrição dos 625 editoriais selecionados no *Jornal do Brasil* eles foram divididos por temas. A análise consistiu na seleção de editoriais que contivessem as palavras e ideias sobre a “Revolução”, a “Reforma” política, os Atos Institucionais, os Atos Complementares, a ordem jurídica, a legalidade, a Constituinte, e as Constituições de 1946 e 1967. Além disso, a pesquisa abordou editoriais que versam sobre o papel da imprensa e sua relação com o governo, assim como, de editoriais que discorrem sobre os eventos políticos<sup>13</sup> que articularam o processo histórico em análise.

Em 1964 os principais assuntos eram a partir de março o Comício, o Golpe de Goulart e a reeleição ilegal de Goulart. A partir de abril sobressaem características sobre o governo, a prorrogação, os trabalhos do Congresso, e crise partidária. Em 1965 destacam-se as eleições estaduais de 1965 e a crise militar. Em 1966 a crise partidária, as eleições indiretas como sinônimo de retrocesso, a crise entre Congresso e Executivo, a união das Forças Armadas o militarismo como realidade nacional e a sucessão de Costa e Silva. Em 1967 o desconhecimento sobre as propostas do presidente Costa e Silva, a distensão política, a restauração democrática, a Frente Ampla e a ineficácia partidária. Em 1968 novamente, o desprestígio e a cisão dos partidos, a crise de autoridade e a omissão do Executivo diante da violência policial, das passeatas de estudantes, do clima de desordem e calamidade pública, a negação da militarização do país e a cassação do mandato do deputado da oposição Márcio Moreira Alves<sup>14</sup>.

O *Jornal do Brasil* apoiou o discurso golpista e ao escrever evidenciou a intencionalidade do seu discurso. O *JB* ansiava demonstrar que estava ao lado do governo militar por isso defendeu a necessidade de intervenção no governo constitucional em 1964 e justificou a permanência do governo militar, destacando em seus editoriais os benefícios da ação arbitrária que seriam: a tentativa de propiciar a ordem, a salvação contra um regime autoritário de esquerda/comunista e o desenvolvimento capitalista.

Um periódico agrega inúmeras formas de comunicação como: colunas, noticiários, manchetes, cadernos especiais etc. A pesquisa optou em focar nos editoriais, porque eles além de resumir os eventos destacados nos noticiários argumentam mais profundamente, utilizando na estratégia escrita emoções como entusiasmo e frustração. Além disso, os editoriais pretendem apresentar o periódico como se ele fosse um personagem que pensa, elabora, apoia ou discorda. Entretanto, sabe-se que o editorial que informa/opina representa um grupo que apesar de não ser expresso nominalmente, revela-se diante de suas propostas e dos seus destaques. Nos editoriais analisados do *JB* entre (1964-1968) havia três modelos de apresentação, poderiam conter em uma mesma página um, dois ou três editoriais sobre assuntos diferentes. Os temas discorrem sobre questões políticas de âmbito nacional e internacional, temas sociais (saúde, transporte, moradia, esgoto, escola etc.) e regionais, referentes à cidade do Rio de Janeiro. O editorial era composto pelos nomes do diretor-presidente Condessa Pereira Carneiro, dos diretores Manuel Francisco Nascimento Brito e Celso de Souza e Silva e do editor-chefe Alberto Dines. Em junho de 1967, José Sette Câmara substituiu Celso de Souza.

Veja, logo a seguir o modelo dos editoriais centralizados entre as colunas:



Figura 1 - Página editorial do dia 2 de junho de 1964, p.6  
 Fonte: Jornal do Brasil



Figura 2 Página editorial do dia 31, de outubro e 01, de novembro de 1964, p.6  
 Fonte: Jornal do Brasil

Em 1964, momentos antes da deposição do Presidente João Goulart, os editoriais do *JB* em uníssono com a maioria da grande imprensa proclamam críticas ao governo referentes a algum tipo de inclinação "golpista", "continuista", "anticonstitucional" e "antidemocrática". Os argumentos que persistem sugerem que as reformas eram apenas promessas de campanha para tornar possível a reeleição do presidente, obtida com a mobilização das massas que apoiariam uma ditadura consentida ou plebiscitária, na qual o Congresso seria dispensável. Apesar de inviável, o *Jornal do Brasil* insiste na acusação de que Goulart almejava se reeleger.

Os periódicos convivem com o conflito composto pela opinião e pela informação essa relação se torna evidente, principalmente, nos editoriais, cuja função reside em apresentar a posição de um periódico, que está vinculada aos seus interesses políticos e empresariais. O *JB* adepto do liberalismo econômico e favorável ao capital estrangeiro observa com desconfiança atitudes nacionalistas do governo. Para o *Jornal do Brasil*, assim como para os outros grandes periódicos a mensagem presidencial ao Congresso representava a intenção romper com o regime democrático. O *JB* assim difunde pressupostos que intuem denunciar o Governo Goulart como antidemocrático e antilegalista e ratifica que em todo o Brasil existe uma batalha em prol da democracia. As características expostas pelo *JB* e por outros grandes veículos de comunicação transmitem a impressão de um presidente com desaprovação geral da sociedade, ou seja, sem apoio popular ou político. Entretanto, os historiadores Dias<sup>15</sup> e Napolitano<sup>16</sup>, a partir dos resultados não divulgados do Ibope<sup>17</sup> em março de 1964 defendem que o presidente Goulart gozava de uma alta popularidade, e de acordo com seus estudos o afirmam que caso Jango se candidatasse em 1965 teria grande chance de ganhar a eleição presidencial.

Entre 1964 e 1965 o *JB* demonstra entusiasmo, optando por ressaltar as razões do golpe civil-militar que se justificavam por meio do discurso de preservação das instituições democráticas e das obras reformistas. O ano de 1966 foi marcado pelas críticas do *JB* que observa que a "Revolução" deveria encerrar-se pela sua evidente perda da legitimidade que segundo a opinião editorial era o resultado da conduta de arbitrária do governo militar, que havia anulado as supostas ideias democráticas da "Revolução". Assim, a opinião editorial clama pelo fim deste movimento para propiciar a volta da democracia, que significaria o retorno do

poder civil. Mas, posteriormente, o mesmo periódico irá pedir o retorno da “Revolução” contra o que concebe como desordem em 1968. Em 1967 e 1968 o *JB* percebe que o governo militar iria continuar sob o comando do estado, assim como também nota que a reformulação constitucional foi incapaz de conceder abertura ao poder civil ou conter a soberania do governo militar. Portanto, neste momento a linha editorial do periódico retorna o seu apoio ao discurso oficial minimizando as críticas contra o projeto político e legitimador do governo.

#### 4. CONCLUSÃO

Nessa luta que a imprensa enfrenta para se impor como poder entre o governo e a sociedade, ele possui obstáculos como a desconfiança do leitor e as acusações do governo. Por isso o *Jornal do Brasil* é enfático ao rebater as declarações do governo que dizem que a imprensa instiga e agrava o processo político, e reforça que ela não produz os fatos apenas os informa para a Nação com a simples arma da informação. Como fica explícito o governo vigente no país concede inúmeros sinais que demonstram sua disposição de atuar contra os meios de comunicação. À medida que ocorre o aperfeiçoamento do processo de repressão a linguagem do texto editorial do *JB* apresenta observações "construtivas" no sentido de aconselhar o governo a seguir o melhor caminho, estas concepções revelam a tentativa do periódico em apresentar sua perspectiva política.

O discurso do *JB* possuía o objetivo de conciliar a sua afinidade com o governo militar e com a democracia. Por isso, a posição editorial defende a importância da imprensa que em 1964 colaborou com a “mobilização democrática” que colocou fim ao que chamou de “conspiração subversiva e corrupta”. O *JB* apresenta a ideia de que se a imprensa cooperou com governo militar ela deveria possuir respeito, pois sua posição estava em pleno acordo com os ideais do movimento que gerou o governo o qual ela queria ajudar e, não, se opor. Assim para a opinião editorial os obstáculos de informação para a imprensa lhe obrigava a imaginar e conjecturar mediante os longos períodos de silêncios do governo.

No início de 1966, com os comentários sobre o surgimento de uma Lei de Imprensa o *Jornal do Brasil* afirma que esse tipo de lei era inviável dentro dos contornos de um “regime de exceção”, que provavelmente usaria a lei contra a imprensa. O *JB* se apresenta como representante da sociedade, mas a seu público alvo era, principalmente, a classe média e a elite. Essa parcela da população foi considerada pelo periódico como apoiadora do golpe civil-militar contra o que chama de "caos totalitário de esquerda". O periódico aparenta uma ânsia por transformações estruturais e rápidas para inserir o Brasil na órbita do capitalismo, destarte incentivava a imprescindibilidade de um governo com legitimidade capaz de garantir a estabilidade política ao país. Essa perspectiva foi notada na campanha em prol da prorrogação do mandato de Castelo Branco e nas eleições estaduais de 1965.

O *Jornal do Brasil* não afirmou que havia democracia, mas tentava legitimar o governo entre 1964 e 1965 justificando de que existia uma "quase democracia" ou "intenções democráticas". O periódico entre 1967 e 1968 também não pronunciava que havia uma ditadura, mas que o país caminharia para esse fim com a permanência militar no poder e o fim da liberdade de imprensa.

1. Abreu AA. A imprensa e o seu papel na queda de João Goulart. CPDOC/FGV. São Paulo.[internet]. [acesso em 5 mar. 2013] Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A\\_imprensa\\_e\\_s\\_eu\\_papel\\_na\\_queda\\_de\\_Goulart](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_s_eu_papel_na_queda_de_Goulart).
2. Jornal do Brasil. [online]. [acesso em 14 de jan. 2014]. Disponível em:<[news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC](http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC)>.
3. Cruz HF, Cunha MR. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. Projeto História, São Paulo. 2007. 35: 259-260. [acesso em 23 mai. 2013]. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/>.
4. Abreu AA. A Modernização da Imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2002.
5. Barbosa M. *História cultural da imprensa*, Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad; 2007.
6. Ribeiro APG. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers; 2007.
3. BRASIL. Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965. [acesso em 15 jan. 2014]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>
4. Fico C. Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura Militar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record; 2012.
9. Chirio M. A política nos quartéis: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar; 2012;
10. Gaspari E. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras; 2002
11. D'araújo MC. Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. In: Ferreira MM (Coord.), Abreu AA et al. Entrevistas: abordagens e usos de história oral. Rio de Janeiro: FGV; 1998.
12. Martins Filho JR. O Palácio e a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EDUFSCar; 1995.
13. Eleição indireta de Castelo Branco em 1964, prorrogação do mandato de Castelo Branco em 1965, as eleições estaduais e diretas de 1965 e o processo de imposição da candidatura e da eleição indireta de Costa e Silva em 1966.
14. Márcio Moreira Alves era deputado do MDB, discursou na Câmara contra as comemorações do dia sete setembro em 1968. Seu discurso foi o estopim para incitar a revolta de grupos militares radicais que se empenharam em buscar a cassação, mesmo sabendo que essa medida não poderia ser exercida pelo poder Executivo, massim pelo Congresso como estabelecia a Carta de 1967. Esse processo gerou o quinto Ato Institucional. Sobre esse tema ver o livro escrito pelo próprio deputado que foi cassado pelo AI-5: Alves MM. 68 mudou o mundo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira;1993.
15. Dias AL. Verdade exumada. Carta Capital. 2013 dez. Entrevista concedida à Rodrigo Martins.[acesso em 10 jan. 2014]. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/773/verdade-exumada-5637.html>>.
16. Napolitano M. 1964 História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto; 2014. p.47
17. Sugimoto L. O Golpe que deu Ibope. Jornal de Campinas. Edição 24. 2003. [acesso em 9 nov. 2013]. Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/fevereiro2003/ju204g03.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fevereiro2003/ju204g03.html).